



PAISAGENS CULTURAIS HERANÇAS E DESAFIOS NO TERRITÓRIO

CER 2019 – Livro de Atas



CER 2019: VIII Congresso de Estudos Rurais & VIII Encontro Rural RePort
Ponte de Lima e Sistelo, 5-7 dezembro 2019
Orlando Simões (coord.)

**Paisagens culturais:
Heranças e desafios no território**
Atas do VIII Congresso de Estudos Rurais & VIII Encontro Rural RePort

Orlando Simões (coord.)

Ficha Técnica

Tipo de livro: *eBook*

Título: Paisagens culturais: heranças e desafios no território. Atas do VIII Congresso de Estudos Rurais & VIII Encontro Rural RePort

Autores: Vários

Coordenação: Orlando Simões

Capa: Orlando Simões

Paginação: Orlando Simões

Editora: SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

Direitos reservados: Autores e SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais ©

Local e data de edição: Lisboa, fevereiro, 2021

ISBN: 978-972-96347-5-8

Termo de responsabilidade:

A Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e o coordenador desta obra não se responsabilizam pelos princípios, teorias, valores ou opiniões veiculados nos textos aqui apresentados, os quais, não tendo havido edição ou revisão de conteúdos, são da inteira responsabilidade dos seus autores.

Conteúdo

Introdução.....	5
Tema 1. Património material e imaterial.....	6
DAS PEDRAS MORTAS ÀS PRÁTICAS VIVAS: A RELEVÂNCIA DO PATRIMÓNIO IMATERIAL.....	7
ENTRE O LITORAL, O BARROCAL E A SERRA DO ALGARVE: O CERRO DE SÃO MIGUEL, DA ANTIGUIDADE À CONTEMPORANEIDADE.....	34
AS VILAS PORTUÁRIAS DO TEJO ENQUANTO PAISAGENS CULTURAIS: AGÊNCIAS, CONTINGÊNCIAS E PERMANÊNCIAS. UM ESTUDO DE CASO - CONSTÂNCIA.....	47
O PATRIMÓNIO AGROINDUSTRIAL DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA, UM ATIVO CULTURAL PARA A REGIÃO.....	68
O CAMINHO PORTUGUÊS INTERIOR DE SANTIAGO (CPIS) E AS SUAS VARIANTES: UM EXEMPLO DE UMA PAISAGEM CULTURAL SAGRADA.....	82
Tema 2. Relações sociais e comunidades.....	92
CONFLITOS NO NORDESTE DO BRASIL: O PATRIMÓNIO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA DAS COMUNIDADES RURAIS.....	93
AS NOMEADAS EM TRÁS-OS-MONTES: METÁFORAS DE IDENTIDADE, ALTERIDADE E TRADUÇÃO CULTURAL.....	113
Tema 3. Mudanças nos sistemas Agroalimentares.....	131
3.1. Agroecologia e agricultura familiar.....	132
CARAVANA AGROECOLÓGICA - COMO DEVE A SOCIEDADE APOIAR A AGROECOLOGIA, E PORQUÊ?.....	132
A COMIDA TEM SABOR DE INCLUSÃO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA DOS RESTAURANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, BRASIL.....	138
ALIMENTACIÓN TRADICIONAL E IDENTIDAD EN EL PUEBLO MAYA -TSELTAL DEL NORTE DE CHIAPAS MÉXICO.....	153
3.2. Sistemas de produção e mercados.....	171
O GOSTO AMARGO DO ESQUECIMENTO: ORIGENS RURAIS DA INDÚSTRIA DO PÊSSEGO EM PELOTAS, RS, BRASIL.....	171
ADAPTAÇÃO OU RECONFIGURAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE QUEIJO SERRA DA ESTRELA?.....	182
MERCADOS MUNICIPAIS: LAÇOS ENTRE O MUNDO RURAL E O MUNDO URBANO.....	193
Tema 4. Territórios e Gestão territorial.....	208
4.1. Gestão do território.....	209
PAISAGEM SERRANA ALTO-MINHOTA: DIAGNÓSTICO DE VALOR CULTURAL EM TRANSIÇÃO PARA UM TERRITÓRIO “DISFUNCIONAL” E DE FRUIÇÃO MERCANTILISTA NO SÉC. XXI.....	209
4.2. Reinvenção da gestão coletiva e do saber fazer profissional.....	224
PRESERVAÇÃO VS. UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO – A NOVA UTILIDADE SOCIAL DO PASTOR E O ACESSO ÀS TERRAS DE PASTAGENS.....	224
4.3. Uso da Terra e Política agrária.....	238
A EXPLORAÇÃO DOS BALDIOS EM TRÁS-OS-MONTES (SÉCS. XVIII-XIX).....	238
A IDEOLOGIA DA TERRA: A «CAMPANHA DO TRIGO», A «COLONIZAÇÃO INTERNA», A HIDRÁULICA AGRÍCOLA E A FLORESTAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XX.....	250
O ESTADO AO SERVIÇO DA AGRICULTURA NA REGIÃO NORTE: O PAPEL DOS SERVIÇOS REGIONAIS.....	266
Tema 5. Sustentabilidade e biodiversidade.....	282
5.1. Sustentabilidade e serviços ambientais.....	283

4.2. REINVENÇÃO DA GESTÃO COLETIVA E DO SABER FAZER PROFISSIONAL

PRESERVAÇÃO VS. UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO – A NOVA UTILIDADE SOCIAL DO PASTOR E O ACESSO ÀS TERRAS DE PASTAGENS

Júlio Sá Rêgo, ISCTE-IUL, julio_sa_rego@iscte-iul.pt

Marina Castro, CIMO/IPB, marina.castro@ipb.pt

Resumo

Paisagens culturais são territórios historicamente construídos frutos da ativa interação entre o ambiente natural e as comunidades humanas. A alteração desse equilíbrio construído pode provocar tanto degradações ambientais como injustiças a populações que da terra tiram o seu sustento. Inúmeros casos ilustrativos dessa relação estão disponíveis na literatura. Em Portugal, agricultura, pastorícia e queimadas foram os agentes dominantes de modelação da paisagem desde o Neolítico. No decorrer do século XX, entretanto, a expansão da área florestal nos baldios e o seu fecho a outros usos provocou uma asfixia do sistema agropastoril tradicional e induziu uma rápida modificação da ocupação e do uso da terra, especialmente em regiões onde a pastorícia era importante. Com o gado proibido de acessar as novas florestas, a pastorícia foi seriamente comprometida por falta de pastos. A fragmentação do equilíbrio territorial que prevalecia propulsionou comunidades pastoris a uma situação de precariedade e vulnerabilidade social, e deu espaço a um regime de incêndios descontrolado conhecido como Terceiro Fogo. Há, hoje, um discurso crescente que reconhece a utilidade social da pastorícia na manutenção da biodiversidade e prevenção de incêndios florestais. Após contextualizar esse processo de desarticulação do equilíbrio territorial em Portugal, este trabalho procura retratar o cotidiano de pastores de cabras no acesso às terras de pastagens. Ele resulta de uma investigação de doutoramento em antropologia em curso, cujos dados são coletados através de diálogos e observação no Centro e no Norte do país. Resultados preliminares indicam que a reconciliação das antes antagônicas dinâmicas de conservação da natureza e utilização do território ainda não é efetiva. O cotidiano de pastores depara-se ainda com constrangimentos vinculados à imagem social do pastor e a vestígios de políticas ambientais conservacionistas. O programa das “cabras sapadoras” é, nesse sentido, positivamente percebido pelo seu potencial de promover a legitimidade social da pastorícia.

Palavras-chave: Pastorícia; Injustiça Ambiental; Conservação; Incêndios Florestais; Antropologia Ambiental

*“Vi que não há Natureza,
Que Natureza não existe,
Que há montes, vales, planícies,
Que há árvores, flores, ervas,
Que há rios e pedras,
Mas que não há um todo a que isso pertença,
Que um conjunto real e verdadeiro
É uma doença das nossas ideias”.*
(Pessoa, 2014, p. XLVII)

Introdução

A natureza é antrópica. Até as distantes florestas tropicais resultam de um sutil e constante cultivo humano (BALÉE, 2013). A vegetação do planeta não passaria de uma paisagem cultural, historicamente construída pela ativa interação entre o ambiente natural e as comunidades humanas, através, notadamente, do manejo do fogo. Uma abrupta alteração dessas forças, desse equilíbrio construído, tende a fomentar degradações ambientais e catástrofes naturais, assim como provocar incêndios florestais (PYNE, 2001).

Em Portugal, por exemplo, a transformação dos ecossistemas naturais por ecossistemas seminaturais e agro-sistemas ocorreu a partir do Neolítico com a introdução da economia agropastoril. Queimadas, pastorícia e agricultura foram os agentes dominantes de modelagem da vegetação (AGUIAR E PINTO, 2007). Entretanto, no decorrer do século XX, a expansão da área florestal nos baldios e o seu fecho a outros usos provocou uma asfixia do sistema agropastoril tradicional e induziu uma rápida modificação da ocupação e do uso da terra, especialmente em regiões onde a pastorícia era importante (MATHER E CARDOSO PEREIRA, 2006). A fragmentação desse equilíbrio resultou no regime de incêndios descontrolado hoje observado no país (MENESES et al., 2018).

O processo de marginalização pelo qual as comunidades pastoris portuguesas passaram não é único. O caso, corriqueiro, é conhecido por injustiça ambiental (EGAN, 2002). A presente reflexão procura fazer o balanço do acesso às terras de pastagens nos dias de hoje a partir do cotidiano de pastores de cabras.

Em um primeiro momento será revisitado o conceito de injustiça ambiental através de casos referentes a populações pastoris disponíveis na literatura. Esse esforço visa facilitar a caracterização como injustiça ambiental do caso das comunidades pastoris portuguesas de montanha, apresentado em um segundo momento, e inseri-lo no processo mais global de subalternização do pastoralismo. Por fim, um relato etnográfico proverá um retrato do cotidiano de pastores de cabras das regiões centro e norte do país para apreciar as condições de acesso às terras de pastagens. As considerações finais apontam para o esforço de pastores em promover sua utilidade social com vistas a melhorar a percepção social sobre sua atividade.

1. Injustiça ambiental e pastoralismo

Em uma revisão historiográfica do ambientalismo subalterno nos Estados Unidos, Michael Egan (2002) caracterizou de injustiça ambiental a confrontação de um grupo a uma subordinação simultaneamente ambiental e social. Segundo ele, “essa subordinação

se manifesta na localização desproporcional de riscos ambientais em comunidades pobres ou minoritárias e na distribuição desigual de recursos ecológicos, ambos perpetuando a marginalização dos grupos subalternos” (EGAN, 2002: 22). No mundo rural, em particular, Pulido (1996) demonstra que é essencialmente a distribuição desigual dos recursos naturais que participa ativamente no processo de subalternização de certos grupos. No estudo de caso da Cooperativa Ganados del Valle, por exemplo, Pulido descreve-nos a luta de pastores hispano-americanos para acessar pastos em terras destinadas à caça do alce, ou seja, a reivindicação do direito a uma vida pastoril face a uma política elitista de distribuição de recursos naturais.

Populações pastoris estão particularmente sujeitas a injustiças ambientais. Historicamente, a pastorícia desenvolveu-se em terras marginais ou alheias tornando as populações pastoris vulneráveis a mudanças na política de acesso às terras.

O pastoralismo beneficiou-se do vácuo biótico provocado pela extinção da megafauna no pleistoceno. A nova atividade permitiu explorar terras demasiado áridas ou hostis para cultivar-se e desenvolveu-se em múltiplas sociedades humanas oferecendo bem-estar e segurança (PYNE, 2001). Independentemente de povos e cultura, “o princípio fundamental era o mesmo: domesticar animais, conduzi-los aos pastos, defendê-los do ataque dos grandes carnívoros e aproveitar-lhes a carne, as peles, o leite, etc., como meio de subsistência” (DIAS, 1981). Mudanças tecnológicas, econômicas e políticas a ocorrer desde o século XIX, entretanto, induziram um aumento da concorrência por essas terras outrora desvalorizadas e devotas à pastorícia.

A revolução verde foi uma das principais forças nesse sentido. O surgimento dos fertilizantes químicos outorgou maior fertilidade às terras aráveis e viabilizou o cultivo de terras menos férteis. Assim, a revolução verde aumentou a pressão sobre as pastagens pobres para expansão da área agrícola (SANTOS, 2017). Ela também ocasionou uma diminuição da demanda por adubo orgânico (ESTABROOK, 2008), encerrando o acesso de pastores a terras aráveis antes fertilizadas pela passagem do rebanho e extinguindo direitos tradicionais de *vaine pâtre* (O’NEILL, 2011).

Ao lado de fatores tecnológicos, outras forças exercem também grande pressão sobre as terras de pastagens, como a crescente procura por produtos agrícolas, decorrente da expansão demográfica (SANTOS, 2017), e por produtos florestais, para satisfazer o crescimento econômico (MATHER E CARDOSO PEREIRA, 2006). A estes fatores, pode-se adicionar as questões ambientais. Estas, no entanto, são de duas ordens. A primeira refere-se a certas políticas e estratégias ambientais, do tipo *fortress conservation* (BROCKINGTON, 2002), que levam à retirada forçada de populações pastoris de suas terras em prol da conservação (MICHLER et al., 2019), enquanto a segunda tange aos desafios mais recentes das alterações climáticas que vêm constringendo a disponibilidade de terras úteis, tanto para a pastagem como para a agricultura.

A competição para as terras antes relegadas à pastagem deu-se em detrimento das populações pastoris, que se vêm muitas vezes lesadas na distribuição dos recursos naturais (nesse caso, o acesso às terras). Injustiças ambientais a comunidades pastoris são, portanto, recorrentes.

O caso dos Van Gujjar na Índia relatado por Gooch (2004) é ilustrativo. Comunidade especializada na produção de leite de búfalo, os Van Gujjar praticam um pastoreio de transumância nas florestas públicas do Sivalik (Estados de Uttar Pradesh e Uttaranchal no norte da Índia). A transformação da sua área de pastoreio invernal em reserva natural

pelo poder público em 1992 afetou as chances de sobrevivência da comunidade. Os Van Gujjar foram ordenados a retirar-se da área por serem “considerados pelas autoridades florestais e os ‘amantes da natureza’ como a mais séria ameaça ao delicado equilíbrio ecológico do parque” (GOOCH, 2004:125). Eles foram incitados a sedentarizar-se, inviabilizando, assim, sua atividade. A mudança na política de distribuição dos recursos naturais privou os Van Gujjar de seu modo de subsistência e identidade.

A situação relatada por Gooch é típica da injustiça ambiental provocada por políticas ambientais restritivas. Os Van Gujjar não são únicos e inúmeros outros casos estão relatados na literatura, como os trazidos por Berzborn e Solich na África austral (BERZBORN E SOLICH, 2013)

Em todos os casos, a injustiça ambiental causada às populações pastoris pela restrição do acesso à terra, seja ela em nome da conservação da natureza e/ou da apropriação dos solos, apresenta-se como o denominador comum a distintas trajetórias de diferentes comunidades pastoris pelo mundo e, conseqüentemente, em Portugal.

2. Processo de subordinação social e ambiental dos pastores portugueses

Em Portugal, a economia agropastoril foi trazida por populações alógenas por volta do VI milénio a.C. Provenientes do mediterrâneo oriental, esses povos praticavam uma agricultura itinerante, pastoreavam ovinos, caprinos e bovinos, e conviveram com os últimos caçadores-coletores da península ibérica (AGUIAR E PINTO, 2007). Aperfeiçoada pelas sucessivas ondas de invasão e imigração que conheceu a península (populações célticas, romanizadas, germânicas, etc.) (DIAS, 1981), a pastorícia tornou-se um instrumento de valorização de territórios de baixa produtividade agrícola (CASTRO E CASTRO, 2003).

A procura pela madeira para a construção naval a partir do Século XV, contudo, colocou a floresta portuguesa sob grande pressão e desencadeou tentativas de conservação das florestas restantes e veledades de reflorestação (MATHER E CARDOSO PEREIRA, 2006) de parcelas não cultivadas de terras privadas e, principalmente, dos baldios (DEVY-VARETA, 1988).

Terras comunitárias autogeridas, os baldios exerciam um papel estruturante nas economias agropastoris locais fornecendo pasto, lenha, estrume e área agrícola comunitária (O’NEILL, 2011). A tentativa de reflorestação dos baldios encontrou, portanto, muita resistência no campesinato e não foi realmente efetiva até o Século XX (DEVY-VARETA, 1988; ROCHA E SILVA, 1992). Com o advento do Estado Novo, porém, iniciou-se um processo de florestação em larga escala dos baldios. O Plano de Povoamento Florestal de 1938 logrou reflorestar cerca de 0,4 milhões de ha. de baldios no intuito de transformá-los em florestas produtivas em detrimento das atividades agropastoris tradicionais.

Em paralelo, os baldios eram também cobiçados pela propriedade privada para fins agrícolas. Desde o Século XV registram-se movimentos de usurpação e apropriação dos baldios por parte da nobreza e de grandes proprietários. Impulsionada pela expansão demográfica e o aumento da demanda por terras aráveis, a apropriação dos baldios pela propriedade privada acelerou-se no Século XX (ROCHA E SILVA, 1992), viabilizada notadamente pela revolução verde (SANTOS, 2017)

O movimento de reflorestação e privatização dos baldios alienou os pastores de seu território de pasto e desestruturou todo o sistema agropastoril tradicional. Pastores viam-

se agora proibidos de ingressar nas florestas estatais por serem considerados uma ameaça a elas e deparavam-se com cercas naquilo que outrora eram terras comunitárias ou campos abertos em regime de *vaine pâture* (O'NEILL, 2011)¹³³.

O cercamento dos terrenos é com frequência apresentado como a causa da destruição da comunidade rural tradicional. Rocha e Silva (1992) recorda que a lei de 26 de julho de 1850 facilitou o cercamento das propriedades e acelerou o declínio dos pastos comuns em Portugal. Entretanto, à luz do processo de subordinação ambiental dos pastores portugueses, percebemos que o cercamento dos terrenos é apenas uma materialização visual das desigualdades sociais existentes no mundo rural (O'NEILL, 2011) e não a causa de sua desagregação. Não seria o cercamento dos baldios que subordinou os pastores, mas sim a apropriação e reconversão dos baldios em florestas produtivas e/ou terras aráveis privadas. Tal observação é conforme às conclusões desenhadas por Williams (1989) em seu esforço de desmistificar o peso dos cercamentos na estrutura socioeconômica do mundo rural inglês. “[...] A questão dos cercamentos pode ter o efeito de desviar nossa atenção da verdadeira história” (WILLIAMS, 1989:137), “o que realmente ocorreu foi [...] a imposição de um sistema social capitalista através de confiscos legalizados [de terras], realizados por representantes da classe beneficiada” (WILLIAMS, 1989:139).

A modificação da ocupação e do uso da terra em Portugal teve por consequência a asfixia do sistema agropastoril tradicional e a desertificação do mundo rural no decorrer do Século XX. A atividade pastoril, em particular, foi seriamente comprometida devido à perda de terras de pastagens (ROCHA E SILVA, 1992) e os pastores remanescentes foram propulsionados a uma situação de precariedade e vulnerabilidade social (BELO MOREIRA E SEITA COELHO, 2008). A trajetória da população pastoril portuguesa a aproxima do destino de tantas outras pelo mundo. Uma distribuição desigual dos recursos naturais compromete a subsistência dessas populações e revela a importância do acesso à terra para o empoderamento delas.

3. Acesso aos pastos nos dias de hoje: um relato etnográfico

O cenário político português mudou nos anos 1970. Com a suplantação do Estado Novo em 1974, pôs-se em marcha um processo de redemocratização e de descostura das políticas antes em vigor que não deixou de beneficiar o mundo rural também. Os baldios antes confiscados foram devolvidos aos seus proprietários originais, a comunidade, através do Decreto-Lei n.º 39/76 de 19 de janeiro de 1976, conhecido como a Lei dos Baldios. Agora dirigidos por assembleias locais respeitando os usos e costumes reconhecidos pela comunidade (O'NEILL, 2011), os baldios estavam novamente à disposição das populações pastoris.

Em paralelo à mudança política, o mundo rural português também experienciava uma forte mutação social, iniciada esta já desde os anos 1950: o êxodo rural (FERREIRA-LEITE et al., 2016). O despovoamento do mundo rural português teve por consequência positiva uma diminuição das desigualdades sociais, notadamente relativas à posse de terra (WATEAU, 2000). Aqueles que ficaram viram aumentar a oportunidade de se tornarem

¹³³ Subsidiariamente, nota-se também o fecho às terras aráveis privadas antes fertilizadas pelo rebanho (ESTABROOK, 2008; O'NEILL, 2011).

proprietários ou expandir suas posses com a disponibilidade maior de lotes e quinhões de terra abandonados (FERREIRA-LEITE et al., 2016; WATEAU, 2000).

A conjunção das mudanças políticas e das mutações sociais potencializou um reempoderamento das populações pastoris. O pasto nos baldios estava novamente à disposição e os pastores tinham a oportunidade de evoluir para o status de agro-pastores, adquirindo terras para plantio pessoal.

Mais recentemente, a partir dos anos 1990, operou-se também uma transformação do paradigma ambiental com respeito às populações locais. Estas e suas práticas passaram a ser cada vez mais reconhecidas como parte integrante das estratégias de conservação da natureza (MICHLER et al., 2019). Em Portugal, na sequência de outros países mediterrânicos como Espanha (RUIZ MIRAZO, 2011) ou França (THAVAUD, 2006), esta evolução de paradigma significou para populações pastoris o reconhecimento de sua utilidade social na conservação do meio ambiente (TORRES-MANSO et al., 2017) e prevenção de incêndios florestais (CASTRO et al., 2018).

Assim, o mundo rural português vem sofrendo transformações pronunciadas do ponto de vista demográfico e político. Como essas mudanças impactam o cotidiano das populações pastoris portuguesas de montanha no acesso às terras de pastagens, já empoderadas pela recuperação dos baldios e agora então dotados de utilidade social? Para responder essa pergunta, foi realizado um estudo etnográfico nas regiões centro e norte do país como detalhado a seguir.

3.1. Metodologia

Entre julho e setembro de 2019 foram realizados estudos de terreno nas Serras do Alvão (distrito de Vila Real), Açor (distrito de Coimbra) e Peneda (distrito de Viana do Castelo), assim como no *terroir* transmontano de Murça (distrito de Vila Real) para apreciar o cotidiano de pastoreio de pastores tradicionais e novos na profissão. Todos os pastores participantes na investigação eram pastores de cabras tanto de raças autóctones como de raças alógenas ou cruzadas. Os dados para a investigação foram coletados através de diálogos informais e abertos (DEVILLARD et al., 2012) com cinco pastores ancorados nas suas vidas cotidianas e através de observação focada (ANGROSINO E MAYS DE PEREZ, 2000) do trabalho cotidiano de manejo dos animais.

Além dos diálogos abertos com pastores, foram também conduzidas entrevistas abertas (FONTANA E FREY, 2009) com cinco responsáveis de associações florestais e ambientais, e agências governamentais *in loco* ou por telefone.

Os dados primários obtidos através dos diálogos e entrevistas foram completados por diálogos casuais e fortuitos com familiares de pastores, aldeões, assim como com membros de associações ambientais, locais e de produtores, e acadêmicos. Esses diálogos casuais foram propiciados por participações em celebrações locais, assim como em colóquios e grupos de trabalho.

Uma metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2016) foi aplicada para sistematizar os dados qualitativos coletados na investigação etnográfica e entrevistas para construir uma narrativa a partir das convergências de relatos e percepções emergentes das falas e observação pessoal.

3.2 *Um dia no monte*

Conduzia em direção ao Alvão. Acostumado com as paisagens rurais francesas, esperava encontrar no fim do caminho uma aldeia florida com suas lojas gourmets promovendo iguarias locais e riquezas da região. À medida que subia a encosta, a perplexidade crescia. As paisagens verdejantes do vale deixavam pouco a pouco lugar a um marrom rochoso. Em um povoado no caminho da Aldeia, deparei-me com um rebanho de cabras, na estrada, bem à minha frente. Paciente, segui calmamente atrás. O som dos chocalhos penetrava meu veículo, enquanto minha imaginação corria. O que ia encontrar nesse meu primeiro contato com o mundo rural português?

O rebanho deambulava pelas ruas do povoado. As cabras eram bastante animadas e bagunceiras. Saltitantes, elas apoiavam-se contra os muros dos jardins e invadiam os terrenos, comendo plantas ornamentais que porventura estivessem ao alcance. Os cães pastores, incansáveis, tentavam pôr ordem, organizar o rebanho e orientar as cabras com seus latidos. Os vizinhos, de suas janelas, acompanhavam o movimento desconfiados e usavam do berro para espantar as bichas de suas plantas.

O rebanho tangenciou e pude seguir meu caminho. O visual continuava a transformar-se e a estrada a estreitar-se. A vegetação cada vez mais rasteira e seca dominava as montanhas onduladas das quais, agora, apenas um desfiladeiro me separava. A estrada não comportava mais barreiras de proteção e as curvas se multiplicavam ao horizonte.

A 960 metros de altitude, cheguei à Aldeia, um conjunto de casas esparsas em estado de conservação variável. Não havia ninguém. Ouviam-se apenas os pássaros, galinhas e algumas máquinas agrícolas à distância. Havia combinado de encontrar o Pastor no café da Aldeia, mas como dispunha de tempo aproveitei para dar uma pequena volta. No passeio, avistei algumas pessoas. Engajadas em tarefas rurais, elas interrompiam-se para brevemente espiar-me. De fato, não era o rural pop do meu imaginário.

Dirigi-me ao café de nosso encontro. Não havia nenhum cliente. Apresentei-me à Dona e expliquei-lhe o propósito de minha visita. Surpresa, ela indagou: vais ao monte pastorear o dia todo?! Provavelmente pensou que fosse algum aloprado urbano que via beleza naquela vida dura que aparentemente ninguém mais estava disposto a assumir. Engatei no diálogo animado sobre a pastorícia e a prevenção de incêndios florestais, mas ela não me pareceu nada convencida. Diante do fracasso, passei para outro assunto.

Como outros que ali viviam, ela morou uns anos na França e regressou por sentir falta da região natal. Surpreendeu-se em saber que também era francês e logo começamos a conversar sobre lugares comuns. Observei que nas paredes havia escudos de clube de futebol, troféus esportivos e retratos das belezas naturais da freguesia. Não sabia, mas lentamente ia já impregnando-me do espírito da comunidade.

Os habitantes da Aldeia gostam de futebol. A maioria torce para o FC Porto, mas também há bastantes torcedores do Benfica. Contudo, ninguém torcia para o Sporting. A própria Dona do café confessou respeitar os dois rivais nacionais, mas não ter nenhum apreço pelo Sporting. Na Aldeia, anos atrás, havia um time de futebol também. A foto da equipe da época estava lá exposta. Nela figurava, muito mais novo, o Pastor pelo qual esperava. Nostálgica, disse-me que o time já não existia mais e enganchou nas fotos das belezas naturais da região: rio, cachoeiras, e pontes medievais. Foi quando chegou o Pastor.

Bonachão, ele inspirou-me logo muita simpatia e confiança. Brincou dizendo que já não era o primeiro a aventurar-se com ele no monte. Outro dia competiu-lhe levar um tipo de

Guimarães lá. Temia que fosse obeso, pois era da cidade e não daria conta de caminhar. Contudo, o tipo era magrinho. Percebi logo o recado. A apreensão também se dirigia a mim. Perguntou-me se tinha hábito de caminhar. Diante da afirmativa e de minha silhueta esbelta, tranquilizou-se. Despedimo-nos da Dona do café e fomos rumo ao estábulo.

À margem da cidade, lá estava o estábulo. Três cães pastores de raça Castro Laboreiro esperavam. Simpáticos e afetuosos, logo me acolheram. O Pastor percebeu que eu não tinha cajado. De fato, quem vai ao monte sem cajado? Mais um turista, deve ter pensado ele ao abrir uma portinha e estender-me um bastão de caminhada. Após alimentar rapidamente os cães, o Pastor abriu os portões do estábulo. De lá, saíram duas centenas de cabras Bravias. Os cães juntaram-se a nós e partimos para o monte. Nesse dia, caminhamos catorze quilômetros, em pouco mais de nove horas, até o sol se pôr.

No Alvão, o percurso de pastoreio é longo e contínuo. As temperaturas amenas permitem pastorear o dia todo sem interrupção em pleno verão. Privilégio da Terra Fria, o clima suave é adequado aos hábitos da cabra Bravia, animal forte e apreciador de longas caminhadas. Tal padrão de percurso de pastoreio foge daquele descrito por Castro e Castro (2003), onde, no verão, pastores procuram poupar os animais das horas mais quentes do dia e dividem o percurso em dois turnos: de manhã cedo e ao final do dia. Esse foi o padrão que encontrei no *terroir* transmontano de Murça e no baixo planalto da serra do Açor. Lá, os pastores anfitriões adequam suas rotinas ao sol e ao calor. Entre turnos, os animais fazem a sesta no curral. Em ambos lugares, meus anfitriões me deram a oportunidade de acompanhá-los no turno da manhã. Pude também observar parte do turno da tarde.

Na serra do Açor, caminhamos cerca de cinco quilômetros em quase quatro horas. O percurso que se situa numa altitude média de 670 metros tem pouco desnível e faz-se ao longo de uma via rural, faixa primária protocolada no programa das “cabras sapadoras”. No *terroir* transmontano de Murça, o percurso foi mais extenso: cerca de nove quilômetros, feitos em um pouco mais de quatro horas. Em ambos locais, a altitude e o relevo são bastante semelhantes e as diferenças de quilometragem se explicam pela localização do alimento como abordado mais adiante.

Entre as diferentes regiões visitadas, a técnica de manejo dos animais diverge, tributária em parte das características do terreno e do clima. No *terroir* transmontano de Murça, por exemplo, o manejo do rebanho é muito diferente daquele praticado nas extensas pastagens do baldio da Aldeia no Alvão. Os múltiplos caminhos estreitos por entre os baldios, terrenos privados e plantios exigem que o Pastor de Murça vá na frente, guiando e liderando as cabras que, bem ou mal, seguem-no. No Alvão, enquanto isso, o rebanho percorre seu trajeto sozinho enquadrado pelos cães: a fêmea na frente, o macho de mais idade nas laterais e o macho jovenzinho atrás. Nós apenas observávamos o movimento de longe, quando muito intervínhamos para guiar os animais aos pontos de água necessários.

Porém, as diferenças de técnica de manejo observadas não se explicam apenas pelas condições do terreno. Elas revelam um contraste geracional entre aqueles pastores depositários de uma tradição secular e os novos entrantes na profissão. Na serra da Peneda foi onde tive a ocasião de observar a abordagem de manejo mais modernizada. As cabras cruzam o cimo da montanha sozinhas, acompanhadas apenas de dois cães de guarda. Elas são geolocalizadas em tempo real e o pastor pode acompanhar o progresso do percurso diretamente no seu telefone celular. Quando estas estão a aproximar-se do outro lado da

serra, ele pula no carro e contorna a serra para ir ao encontro do rebanho. Chegando lá, ele faz as cabras darem meia-volta. Horas depois, ele dirige-se ao estábulo para acolhê-las de volta. Durante o dia, o Pastor tem tempo para implicar-se em outras atividades de sua quinta.

Um responsável de baldio resumiu-me uma vez as diferenças de abordagem de forma judiciosa: os novos pastores são mais planejados, meticolosos, e apoiam-se em conhecimentos validados na literatura, os pastores tradicionais tomam suas decisões na hora, baseadas no conhecimento secular dos animais e do ambiente transmitidos de geração em geração.

A discussão entre conhecimentos tradicionais e científicos é abundante na literatura e cada vez mais é reconhecido o potencial dos primeiros para responder aos desafios modernos de sustentabilidade (SA REGO E CORRADI, 2018). Contudo, é certo que novos pastores, não tendo sido iniciados à profissão, estão sujeitos a uma maior liberdade de improviso e, *in fine*, de inovação, como pude experimentar na serra do Açor.

Na serra do Açor, o manejo dos animais foi um quanto peculiar: a caminhada e o cajado são substituídos por um veículo. Quando estive lá, calhou de ser um carro, mas o Pastor confidenciou usar também bicicleta ou ir montado ao burro. Concretamente, o rebanho trafegava calmamente à beira da via rural e da janela do carro o Pastor guiava as bichas. Ele comentou não dominar muito as técnicas formais e ler bastante para aprender. É um aprendizado constante, confessou.

Face ao improviso construtivo do Pastor do Açor, o Pastor do Alvão dispõe de um conjunto de conhecimentos e práticas seculares consolidados de geração em geração a partir da experiência do sensível (LÉVI-STRAUSS, 2010). Nosso percurso do dia, por exemplo, foi determinado por um ator exógeno importante: o vento. O Pastor explicou-me que as cabras preferem caminhar contra o vento. É uma forma de protegerem-se. Elas podem, assim, farejar predadores ou perigos à proximidade. Astuto, o Pastor disse-me que esse conhecimento nem os zootécnicos possuem. Tive de concordar posteriormente com ele quando em um evento acadêmico sobre pastorícia a informação soou como novidade.

No Alvão, o dia estava lindo e o sol estupendo. Uma brisa suave refrescava-nos enquanto admirávamos aqueles montes ondulados à perda de vista. Distinguíamos, ao longe, oásis de faixas de vegetação verdejante – caminhos d'água indicou-me ele – coabitando com terra queimada e tocos carbonizados – triste lembrança dos incêndios de 2010 e 2017 que assolaram a região. Caminhamos muito no baldio, uma vasta pastagem que acolhe a pastorícia da freguesia.

Não se via ninguém naquela serra. Havia, certo, ao longe, um outro pequeno rebanho de vacas maronesas, mas estas caminham pouco e andam sem pastor. O Pastor lamentou-se e disse-me que antigamente havia muitos rebanhos e pastores nessa serra. Hoje, aquela vasta paisagem parecia nos pertencer, somente a nós.

Na freguesia, reconhecida terra de pastorícia, restavam apenas oito rebanhos de cabras. O panorama não era muito diferente nas outras regiões visitadas. Na serra da Peneda, outra região de pastorícia, terra da vaca cachena, o Pastor contava três rebanhos de cabra na freguesia toda. Na serra do Açor, nem isso. O Pastor era o único pecuarista desfrutando de dois baldios inteiros, enquanto no *terroir* transmontano de Murça, o rebanho mais

próximo estava a mais de quinze quilômetros e o Pastor tinha para si o benefício de usufruir sozinho de três baldios para o pasto.

Em nenhuma das regiões o território parecia realmente disputado, nem para o pasto, nem com outras atividades. A produção madeireira na serra do Açor parecia estancada, um ou outro movimento de maquinário e árvores nitidamente abandonadas. O Pastor de lá falou muito da produção de madeira, de como os preços estavam baixíssimos e que valia cada vez menos a pena produzir nessas condições. Em Murça, havia uma pequena produção de resina para o regalo das cabras, enquanto na serra da Peneda erguia-se uma floresta de produção onde não havia tido um corte nas últimas décadas.

Esse seria o problema da floresta e matos portugueses, pude ouvir de um representante associativo. A floresta era um ativo antigamente. Madeireiros, apicultores, pastores, etc., disputavam o território metro a metro. A conjugação dos interesses divergentes trazia um certo equilíbrio. Hoje, não há mais conflito, não há mais interesse no uso, e falta de pastagem é o que não há.

Assim, além da já mencionada Lei dos Baldios que devolveu à comunidade aqueles que haviam sido reflorestados, o desolo das zonas rurais e a falta de interesse econômico nas florestas proporcionam pastos aparentemente quase inesgotáveis a esses pastores de montanha do centro e norte do país. Contudo, a proximidade com plantios e lavouras tende a restringir parcialmente essa aparente abundância de pasto.

Meu primeiro encontro com o *terroir* transmontano de Murça foi um tanto quanto agitado. Cheguei em Murça por volta das 13h após algumas centenas de quilômetros de condução. O Pastor propôs-me encontrá-lo imediatamente já que estava terminando o percurso de pastoreio. Mal tive tempo de jogar meus pertences no hotel e, sem almoçar, pulei novamente no carro para dirigir-me à sua aldeia e localizá-lo algures no meio da estrada. Lá estava ele, liderando o seu rebanho. Aflito, ele restringiu nossas primeiras palavras à sua preocupação pelas cabras acabarem de ter invadido um cultivo de beterraba.

O maneiio dos animais por entre cultivos e plantios exige destreza. Em Murça, entre o curral e as terras de pastagens nos baldios encontram-se muitas lavouras. Para chegar lá, o Pastor precisa margear terrenos cultivados, principalmente vinhas e castanhas. A vegetação é muito atraente para as cabras e contê-las torna-se uma tarefa árdua. Na serra da Peneda, o Pastor também se deparava com situação similar. A solução, no entanto, foi mudar a localização do curral para evitar conflitos maiores com agricultores.

Em Murça, a mudança de localização do curral não é possível devido à localização dos baldios e das terras do Pastor. Lá, o conflito escalou, resultando inclusive em envenenamento das cabras e dos cães.

As cabras são com frequência acusadas de destruição de plantios. É certo que algumas vezes elas fogem do controle do pastor e causam um estrago limitado. Mas, na grande maioria das vezes, quando a plantação é devorada, os responsáveis são animais silvestres, como javalis e corsos. Estes últimos, em particular, são também chamados popularmente de cabras selvagens, o que contribui para acentuar os quiproquós.

Pastores esforçam-se para desmistificar os enganos com elementos de prova. Explicam que os percursos de pastoreio não incluem zonas incriminadas, que as cabras estão sempre acompanhadas e que os pastores não deixariam os animais destruírem plantações, em vão. A imagem social do pastor, e principalmente dos pastores de cabra, é negativamente conotada. Ora um sátiro, figura exterior à ordem social da aldeia sedentária (PYNE,

2006), ora um oportunista (O'NEILL, 2011) ou um incendiário (TORRES-MANSO, 2008), o pastor sofre com uma imagem social deteriorada e as cabras carregam a reputação de destruidoras da natureza.

A florestação dos baldios poderia não ter sido um problema para a caprinocultura. O coberto florestal é propício para a alimentação de cabras (CASTRO E CASTRO, 2003). Contudo, a imagem do pastor incendiário associada à imagem da cabra destruidora fechou o acesso às novas florestas.

Resquícios dessa concepção da relação entre o pastor, a cabra e a natureza ainda perduram em Portugal. Na serra da Peneda, o Pastor mencionou que a parte do baldio situada abaixo de 600 metros é ainda considerada área florestal para a produção. Apesar de não haver silvicultura em atividade, pois o declive da zona é muito forte, as cabras não estão autorizadas a entrar na zona. Isso obriga a pastorear os animais numa altitude mais elevada, mais distante da aldeia, com uma vegetação menos adequada e com maior exposição ao ataque de lobos.

Além disso, a categorização da zona em área florestal de produção dificultou a implantação do curral. Estabelecer currais aparenta ser um fator limitante em diversas regiões estudadas.

No *terroir* transmontano de Murça, o projeto de construção do estábulo demorou quatro anos para ser aprovado. A localização prevista para o estábulo situava-se numa zona de proteção ecológica dentro da qual construções não eram autorizadas. Contudo, a totalidade da aldeia situava-se nessa zona. Diante da incoerência, o Pastor entrou com recursos na CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) e na Câmara. Enquanto a CCDR afirmava que a modificação do Plano Diretor Municipal (PDM) era da competência da Câmara, esta não queria proceder sem um parecer favorável da CCDR. O processo eternizou-se sem que ninguém tivesse certeza de seu desfecho positivo.

Se a persistência do Pastor foi frutífera, o controverso PDM causou, segundo ele, o declínio da pastorícia na aldeia. Havia antigamente seis cabradas na aldeia. A mudança nos padrões higiênicos de não mais guardar os animais nos pisos inferiores das casas, necessitou a construção de estábulos. As licenças de construção foram negadas com base no PDM e os rebanhos foram, *in fine*, vendidos.

Outro caso emblemático foi-me relatado na serra da Estrela. Uma cooperativa florestal desenvolvia um programa de prevenção de incêndios florestais através da pastorícia que lhe rendeu o prêmio *Dryland Champions*¹³⁴. A viabilidade a médio e longo prazo da atividade dependia, no entanto, da transformação em estábulos de uma construção abandonada que se situava em local estratégico do percurso de pastoreio. Por ser uma zona de proteção ambiental, a autorização de reforma foi negada levando ao abandono da atividade. A situação chega a ser paradoxal. Uma atividade de reconhecida utilidade ambiental (gestão de combustível através da pastorícia) encontrou-se impedida em prol da política ambiental.

¹³⁴ Programa da UNCCD destinado a homenagear atividades que fazem uma contribuição prática ao Manejo Sustentável de Terras (<https://www.unccd.int/dryland-champions>).

Conclusões

O acesso às terras de pastagens é hoje ainda parcialmente limitado pelas tensões que podem existir com agricultores, assim como por vestígios de políticas ambientais de cunho conservacionista (BROCKINGTON, 2002). O motivador principal dessas limitações aparenta estar relacionado com a imagem do pastor, ainda muito negativamente conotada. Conscientes disso, os pastores encontrados desenvolvem projetos e comunicam para promover a utilidade social do pastor e da pastorícia. Nesse sentido, o programa das cabras saporadas é visto com grande potencial para melhorar a imagem do pastor perante os rurais e, também, os urbanos.

Referências bibliográficas

- Aguiar, C., e Pinto, (2007). Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal continental: até à Idade Média. *In Árvores e Florestas de Portugal: Floresta e Sociedade, Uma História Comum*. Silva, J. Sande, Lisboa, pp. 15–53.
- Angrosino, M.V., e Mays de Perez, K.A. (2000). Rethinking Observation: From Method to Context. *In Denzin, N.K., Lincoln, Y.S. (Eds.), Handbook of Qualitative Research*. Sage, Thousand Oaks, pp. 673–702.
- Balée, W.L. (2013). Cultural forests of the Amazon: a historical ecology of people and their landscapes. Univ. of Alabama Press, Tuscaloosa, Ala.
- Bardin, L. (2016). *L'analyse de contenu*. PUF, Paris.
- Belo Moreira, e M., Seita Coelho, I. (2008). Introdução, in: *A Silvopastoricia Na Prevenção Dos Fogos Rurais*. ISA PRESS, Lisboa, pp. 61–76.
- Berzborn, e S., Solich, M. (2013). Pastoralism and nature conservation in Southern Africa. *In Bollig, M., Schnegg, M., Wotzka, H.-P. (Eds.), Pastoralism in Africa: Past, Present and Future*. Berghahn, New York, pp. 440–470.
- Brockington, D. (2002). Fortress conservation: the preservation of the Mkomazi Game Reserve, Tanzania, 1st publ. ed, African issues. The International African Institute, Oxford.
- Castro, M., e Castro, J.F. (2003). Ocupação tradicional do território e os novos modelos de utilização do espaço: implicações na pastoricia intensiva. Presented at the V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais: Futuro dos Territórios Rurais numa Europa Alargada, Bragança.
- Castro, M., Fernández-Núñez, E., e Torres-Manso, F. (2018). Pastores, pastoreio e risco de incêndio: aliados, cúmplices ou concorrentes? Presented at the VII Congresso de Estudos Rurais, Coimbra, pp. 49–56.
- Devillard, M.J., Franzé Mudanó, A., e Pazos, Á. (2012). Apuntes metodológicos sobre la conversación en el trabajo etnográfico. *Política Soc.*, 49:353–369. https://doi.org/10.5209/rev_POSO.2012.v49.n2.36512
- Devy-Vareta, N. (1988). La question du reboisement au Portugal, un processus de longue durée. *Rev. Géographique Pyrén. Sud-Ouest*, 59:159–186. <https://doi.org/10.3406/rgpso.1988.3118>
- Dias, J. (1981). Rio de Onor: Comunitarismo Agro-Pastoril. Presença.
- Egan, M. (2002). Subaltern Environmentalism in the United States: A Historiographic Review. *Environ. Hist.*, 8:21–41. <https://doi.org/10.3197/096734002129342585>

- Estabrook, G.F. (2008). The Significance Of Sheep In the Traditional Agriculture Of Beira Alta, Portugal. *J. Ethnobiol.*, 28:55–68. [https://doi.org/10.2993/0278-0771\(2008\)28\[55:TSOSIT\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.2993/0278-0771(2008)28[55:TSOSIT]2.0.CO;2)
- Ferreira-Leite, F., Bento-Gonçalves, A., Vieira, A., Nunes, A., e Lourenço, L. (2016). Incidence and recurrence of large forest fires in mainland Portugal. *Nat. Hazards*, 84: 1035–1053. <https://doi.org/10.1007/s11069-016-2474-y>
- Fontana, A., e Frey, J.H. (2009). The Interview: From Neutral Stance to Political Involvement. In Denzin, N.K., Lincoln, Y.S., Sage Publications (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Research*. Sage, Thousand Oaks, Calif., pp. 695–727.
- Gooch, P. (2004). Van Gujjar: The Persistent Forest Pastoralists. *Nomadic Peoples*, 8:125–135. <https://doi.org/10.3167/082279404780446140>
- Lévi-Strauss, C. (2010). *La pensée sauvage*, Agora. Presses Pocket, Paris.
- Mather, A.S., e Cardoso Pereira, J.M. (2006). Transição Florestal e Fogo em Portugal. In *Incêndios Florestais Em Portugal: Caracterização, Impactes e Prevenção*. João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva, Lisboa, pp. 257–286.
- Meneses, B.M., Reis, E., e Reis, R. (2018). Assessment of the recurrence interval of wildfires in mainland Portugal and the identification of affected LUC patterns. *J. Maps*, 14:282–292. <https://doi.org/10.1080/17445647.2018.1454351>
- Michler, L.M., Treydte, A.C., Hayat, H., e Lemke, S. (2019). Marginalised herders: Social dynamics and natural resource use in the fragile environment of the Richtersveld National Park, South Africa. *Environ. Dev.*, 29:29–43. <https://doi.org/10.1016/j.envdev.2018.12.001>
- O’Neill, B.J. (2011). Proprietários, lavradores e jornaleiras: desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978. Afrontamento, Porto.
- Pessoa, F. (2014). *O guardador de rebanhos*.
- Pulido, L. (1996). *Environmentalism and economic justice: two Chicano struggles in the Southwest, Society, environment, and place*. Univ. of Arizona Press, Tucson, Ariz.
- Pyne, S.J. (2006). Fogo no Jardim: Compreensão do Contexto dos Incêndios em Portugal. In *Incêndios Florestais Em Portugal: Caracterização, Impactes e Prevenção*. João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva, Lisboa, pp. 115–133.
- Pyne, S.J. (2001). *Fire: a brief history*. British Museum, London.
- Rocha e Silva, S. (1992). Utilisation des terres publiques au Portugal. In *Terres Collectives En Méditerranée : Histoire, Législation, Usages et Modes d’utilisation Par Les Animaux*. A. Bourbouze and R. Rubino, Montpellier, pp. 238–248.
- Ruiz Mirazo, J. (2011). Las áreas pasto-cortafuegos un sistema silvopastoral para la prevención de incendios forestales. Editorial de la Universidad de Granada, Granada.
- Sa Rego, J., e Corradi, A.A. (2018). ICH and ‘Frugal Innovation’: a Contribution to Development through the Framework of the 2003 Convention. *Int. J. Intang. Herit.*, 13:174–189.
- Santos, H.P. dos (2017). *Portugal: paisagem rural, Ensaios da Fundação*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Thavaud, P. (2006). Dispositif agroenvironnemental appliqué à la prévention des incendies de forêt en région méditerranéenne: résultats de 20 ans de réalisations et propositions pour l’avenir, RCC. Edition de la Cardère, Morières.

- Torres-Manso, F. (2008). A problemática das relações entre a floresta, o fogo e o pastoreio: resultados indicadores no norte de Portugal. *In A Silvopastoricia Na Prevenção Dos Fogos Rurais*. ISA PRESS, Lisboa, pp. 141–158.
- Torres-Manso, F., Marta-Costa, A.A., Castro, e M., Tibério, L. (2017). Silvopastoral Systems as a Tool for Territorial Sustainability and Biodiversity. *In Dagar, J.C., Tewari, V.P. (Eds.), Agroforestry*. Springer Singapore, Singapore, pp. 317–333. https://doi.org/10.1007/978-981-10-7650-3_12
- Wateau, F. (2000). Conflitos e água de rega: ensaio sobre organização social no Vale de Melgaço. Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- Williams, R. (1989). O campo e a cidade: na história e na literatura. Companhia das Letras, São Paulo.